

ATA NÚMERO 116XIII (3.ª)

M

A 20 de março de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1. Audição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, SA;
2. Audição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA.

II PARTE

1. Informações;
2. Fixação da redação final dos projetos de resolução:

[Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;

[Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;

[Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\) \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Comissão de Trabalhadores, do Conselho de Administração e do Conselho de Redação da Rádio e Televisão de Portugal, sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP;

4. Outros assuntos

I PARTE

Audição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, do Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, SA

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, deu as boas vindas aos membros do Conselho Geral Independente (CGI) da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Professor António Feijó, Professor Diogo Lucena, Embaixador Francisco Seixas da Costa, Professor José Carlos Vieira de Andrade, Professora Maria Helena Sousa, e Dr.ª Maria Simonetta Luz Afonso, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da CGI para fazer uma intervenção inicial.

O Senhor Presidente do CGI cumprimentou os Senhores Deputados e, na sua intervenção inicial, começou por afirmar que o CGI tem caracterizado a sua intervenção por uma grande discrição, só se pronunciando quando se torna necessário, e que, nesse sentido, está grato porque no decorrer da audição vai poder esclarecer publicamente algumas questões que têm sido recorrentemente tratadas nos meios de comunicação social.

Reportou-se à lentidão da tramitação de diversos processos, como, por exemplo, o da nomeação do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, facto que não é de todo imputável ao CGI. O problema é que essa lentidão coabita com um tempo muito rápido de comentários públicos (frequentemente estridentes) sobre a RTP, não podendo os membros do CGI estar a comentar cada notícia que surge.

Sublinhou também que «o tempo» do CGI tem sido diferente e exemplificou com duas situações muito concretas.

Começou por dizer que o atual CGI resulta da recomposição do seu órgão, porque ao fim de três anos do primeiro mandato de seis anos houve um sorteio, tendo três dos seus membros sido substituídos. O terceiro ano do primeiro mandato do CGI cessava a 9 de setembro, mas os seus membros decidiram fazer esse sorteio a 9 de junho para dar tempo às entidades com

competência para nomear dois desses três membros - o Ministério da Cultura e o Conselho de Opinião. O sorteio foi realizado no dia 9 de junho e a 9 de setembro caducou o mandato dos três membros do CGI, mantendo-se este órgão em funções com 3 membros esperando que essa recomposição estivesse completa com os seus novos membros. A 24 de agosto o Ministério da Cultura enviou um ofício à ERC nomeando o Embaixador Francisco Seixas da Costa como membro do CGI e a 27 de setembro o Conselho de Opinião nomeou o Professor Vieira de Andrade, tendo a 10 de novembro os 5 membros do CGI cooptado a Professora Maria Helena Sousa. A 22 de janeiro de 2018 o CGI estava já em plenitude de funções.

Disse também que a 25 de janeiro o CGI convidou o Dr. Gonçalo Reis para Presidente do Conselho de Administração da RTP, tendo a 30 de janeiro publicado as linhas de orientação estratégicas às tem de ser ajustado o projeto estratégico que o Conselho de Administração apresentará à consideração do CGI. A 31 de janeiro o CGI enviou para o Ministério das Finanças o pedido de parecer prévio e vinculativo ao nome do administrador com o pelouro financeiro, o que ainda não foi dado até agora, estando a atual administração da RTP em gestão, não tendo ainda tomado posse.

Quanto à nomeação do Dr. Gonçalo Reis para Presidente da Conselho de Administração da RTP, o CGI, tendo presente o mérito do trabalho por ele desenvolvido, não tinha qualquer razão para não o reconduzir. Convidou o Dr. Gonçalo Reis dizendo-lhe expressamente que esperava dele uma ambição acrescida para o segundo mandato e à luz daquilo que nos parecia ter sido virtuoso na prática do primeiro mandato.

O Presidente do CGI destacou, entre outros, como pontos positivos da administração de Dr. Gonçalo Reis:

- Acordo de empresa com os sindicatos , feito inédito na RTP;
- Definição de uma estratégia para o digital;
- Alteração da identidade gráfica, reforçando-se o sentido de pertença à RTP;
- Política estruturada de produção de ficção e uma política regular para produção de conteúdos e contactos com produtores independentes para esse efeito;
- Diversas iniciativas culturais relevantes, como o lançamento dos livros da RTP;

- Publicidade dos arquivos da RTP e desmaterialização e otimização de todos os processos de acesso ao Arquivo;
- Rara estabilidade económica na história da empresa, com resultados operacionais e líquidos sempre positivos, tendo-se registado também uma estabilização bancária.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição e colocaram algumas questões.

De seguida, o Senhor Presidente do CGI respondeu as questões colocadas, tendo referido que para o CGI a continuidade do administrador Nuno Artur Silva é incompatível com a irresolução do conflito de interesses existente entre a sua posição na empresa e os seus interesses patrimoniais privados. Apesar de o CGI, nas suas funções de supervisão e fiscalização, não ter constatado que essa situação tenha sido lesiva para a empresa, considera que a manutenção desse conflito de interesses não é de forma alguma aceitável. Disse também que quando o CGI convidou Nuno Artur Silva para administrador da RTP tinha conhecimento da existência desse conflito de interesses, tendo-lhe sido logo dito que este órgão esperava uma separação total entre a sua empresa privada e a sua atividade como administrador da RTP. Reafirmou também que, apesar da não recondução de Nuno Artur Silva, há que fazer um elogio rasgado à sua pessoa, àquilo em que se traduziu o exercício do seu mandato.

Reportou-se à inexistência de uma estrutura técnica de apoio ao CGI, apesar de todos os seus membros exercerem atividades profissionais muito pesadas, tendo essa situação sido já reportada ao Conselho de Administração.

Salientou também que as notícias surgidas na comunicação social que dão conta da eventual exoneração do diretor de informação da televisão, Paulo Dentinho, e a sua substituição no cargo pelo jornalista Carlos Daniel são totalmente intempestivas, recordando a este propósito que compete ao Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) "emitir parecer prévio e vinculativo sobre a nomeação e destituição dos diretores e diretores-adjuntos de órgãos de meios de comunicação social pertencentes ao Estado e a outras entidades públicas que tenham a seu cargo as áreas da programação e da informação", o que significa que qualquer mudança nas direções da RTP tem de passar sempre pelo crivo da ERC.

Na segunda ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro do Ó Ramos (PSD), Carla Sousa (PS), Jorge Campos (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), após o que o Senhor Presidente do CGI respondeu às questões colocadas.

A [audição](#) foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

2. Audição, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos membros do Conselho de Opinião (CO) da RTP, Manuel Coelho da Silva, Presidente, Deolinda Machado e Diogo Belford Henriques, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente do CO para fazer uma intervenção inicial, que pode ser consultada [aqui](#).

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Sara Madruga da Costa (PSD), Hugo Carvalho (PS), Jorge Campos (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP) que, em síntese, agradeceram a exposição e colocaram algumas questões.

O Senhor Presidente do CO respondeu a cada um dos Senhores Deputados no seguimento das suas intervenções, tendo-se reportado, designadamente, aos seguintes aspetos:

- À reflexão que deve ser feita sobre o modelo de governação da empresa pública de comunicação social;
- À necessidade de clarificar o tipo de prazo para a avaliação do Projeto Estratégico elaborado pelos membros escolhidos pelo CGI;
- À aposta que tem de ser feita na formação dos profissionais da RTP, tendo a este propósito salientado que o CO não gostaria que se atendesse apenas à situação dos precários sem antes resolver a situação dos próprios trabalhadores que já lá estão;

- Ao facto de o inventário relativo à necessidade de investimentos em equipamento nas áreas de tecnologia, engenharia e de emissão de que a empresa está carente ter revelado casos de uma obsolescência assustadora;
- Aos incêndios florestais e ao facto de a RTP não ter estado à altura das suas responsabilidades, recomendando a este propósito a definição de uma matriz de informação que dê relevância à proximidade, lamentando o Conselho de Opinião que a mensagem do Conselho de Administração não tenha abordado o drama que o país viveu (e ainda vive) das tragédias que o abalaram, provocadas pelos incêndios em julho e outubro, e a falha evidente constatada no cumprimento da missão de informar que cabe ao serviço público de rádio e televisão em caso de catástrofe, incapacidade resultante, além da falta de preparação específica, da ausência de uma matriz de informação de proximidade;
- À demora na aprovação das contas da RTP e ao facto das auditorias sobre o serviço público da RTP feitas pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social serem divulgadas bastante tarde, questionando o sentido de um relatório sobre 2017 ser divulgado em outubro de 2018;
- À aposta que tem de ser feita na melhoria das condições de funcionamento dos centros regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A documentação da [audição](#) e as gravações vídeo e áudio estão disponíveis para consulta na página internet.

II PARTE

1. Informações

Entrando na primeira parte do primeiro ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu conta do pedido de audiência da Associação de Imprensa de Associação Cristã para apresentação dos seus novos órgãos sociais, tendo ficado acordado agendar este pedido oportunamente.

Relativamente à Conferência Violência no Desporto, ficou estabelecido convidar os três diretores dos jornais desportivos *A Bola*, *Record*, *O Jogo* para moderadores dos três painéis, bem como um

representante por cada grupo organizado de adepto e a Associação Portuguesa de Defesa do Adepto.

2. Fixação da redação final dos projetos de resolução

- [Projeto de resolução n.º 1275/XIII \(3.ª\) \(PCP\)](#) — Por melhores condições de acesso da população surda a emissões televisivas;
- [Projeto de resolução n.º 1281/XIII \(3.ª\) \(BE\)](#) — Recomenda ao Governo constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a calendarização de medidas tendentes à total acessibilidade dos conteúdos televisivos para a comunidade surda;
- [Projeto de resolução n.º 1287/XIII \(3.ª\) \(PAN\)](#) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa.

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, este ponto foi adiado para a próxima reunião da Comissão.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Comissão de Trabalhadores, do Conselho de Administração e do Conselho de Redação da Rádio e Televisão de Portugal, sobre as notícias respeitantes à exoneração do Diretor de Informação da RTP

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez a apresentação do requerimento, após o que o mesmo foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

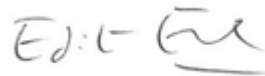
4. Outros assuntos

No âmbito deste ponto, a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) solicitou a palavra para solicitar que fosse dado conhecimento atempado aos Grupos Parlamentares das audições a realizar em Comissão para que os Grupos Parlamentares, sobretudo os mais pequenos, possam organizar devidamente os seus trabalhos.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 20 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 04 de abril de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Sofia Bettencourt
Constança Urbano de Sousa
Gabriela Canavilhas
Margarida Mano
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves
Luís Monteiro